

Competências interculturais e ética na investigação científica com mulheres refugiadas: princípios e desafios para uma prática inclusiva¹

Intercultural competences and ethics in scientific research with refugee women: principles and challenges for an inclusive practice

Competencias interculturales y ética en la investigación científica con mujeres refugiadas: principios y desafíos para una práctica inclusiva

Catarina Isabel Silva de Sampaio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5878-8545>

Maria Natália Pereira Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8448-1846>

Resumo: O presente estudo aborda a relevância das competências interculturais na investigação científica com mulheres refugiadas, focando princípios éticos e metodológicos, assim como desafios para uma prática inclusiva. O principal objetivo é analisar como o desenvolvimento de competências interculturais promove uma investigação ética, inclusiva e sensível às especificidades culturais das participantes. Para tal, adotou-se uma abordagem qualitativa fundamentada na revisão da literatura sobre esta matéria, contemplando modelos de competência intercultural como os de Deardorff (2009) e de Bennett (2013), cujas abordagens pedagógicas fundamentam a sua aplicação no contexto da investigação científica com mulheres refugiadas. Paralelamente, foram consideradas abordagens teóricas sobre comunicação e diálogo intercultural, o paradigma intercultural, a interseccionalidade e ética de representação, estabelecendo-se uma perspectiva crítica sobre dinâmicas de poder e representatividade. A análise evidencia que a adaptação cultural e a aquisição de competências interculturais é determinante para ultrapassar barreiras comunicacionais, estabelecer relações de confiança e evitar a reprodução de estereótipos e desigualdades. Verifica-se que modelos teóricos oferecem ferramentas para a adaptação metodológica e ética na investigação com população etnocultural, promovendo um processo educativo que alerta para a importância de reconhecer e mitigar assimetrias de poder nas interações com as participantes. Conclui-se que a incorporação de competências interculturais na investigação científica com mulheres refugiadas é fundamental para garantir a qualidade e a relevância dos resultados, permitindo uma interpretação mais precisa e contextualizada das narrativas. Esta abordagem não só previne o reforço de eventuais vulnerabilidades, como contribui para o avanço do conhecimento científico e para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

Palavras-chave: adaptação cultural; modelos de competência intercultural; mulheres refugiadas; paradigma intercultural; investigação científica.

¹ Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da Bolsa de Investigação para Doutoramento [2023.01575.BD] atribuída a Catarina Sampaio.



Abstract: The present study examines the importance of intercultural competences in scientific research with refugee women, with a particular emphasis on ethical and methodological frameworks, as well as the challenges involved in fostering inclusive research practices. The primary objective is to explore how developing intercultural competences enhances ethical, inclusive, and culturally sensitive research. A qualitative approach was employed, based on a comprehensive review of the pertinent literature, with a focus on intercultural competence models such as those proposed by Deardorff (2009) and Bennett (2013), whose pedagogical approaches underpin their application in the context of scientific research involving refugee women. Additionally, the study engages with theoretical perspectives on intercultural communication, the intercultural paradigm, intersectionality, and the ethics of representation, thus providing a critical lens through which to scrutinize the dynamics of power and representation. The analysis underscores the indispensable role that cultural adaptation and the development of intercultural competences play in surmounting communication barriers, establishing trust, and avoiding the perpetuation of stereotypes and inequalities. Theoretical models are shown to provide valuable tools for ethical and methodological adaptations in research involving ethnocultural populations, fostering an educational process that emphasizes the recognition and mitigation of power imbalances in researcher-participant interactions. In conclusion, incorporating intercultural competences into scientific research with refugee women is essential to ensuring the quality and relevance of research outcomes. This approach facilitates more accurate and contextually informed interpretations of participants' narratives and contributes to both advancing scientific knowledge and informing the development of well-informed public policies.

Keywords: cultural adaptation; intercultural competence models; intercultural paradigm; refugee women; scientific research.

Resumen: Este estudio examina la importancia de las competencias interculturales en el ámbito de la investigación científica con mujeres refugiadas, con un enfoque centrado en principios éticos y metodológicos que guían una práctica inclusiva. El propósito central es explorar cómo el desarrollo de tales competencias fomenta una investigación que respete los códigos éticos y sea sensible a las particularidades culturales de las participantes. Se adoptó un enfoque cualitativo fundamentado en una revisión bibliográfica, que incluye modelos de competencia intercultural propuestos por Deardorff (2009) y Bennett (2013), cuyas aproximaciones pedagógicas respaldan su aplicación en la investigación con mujeres refugiadas. Asimismo, se consideraron teorías sobre comunicación y diálogo intercultural, el paradigma intercultural, la interseccionalidad y la ética de la representación, desarrollando una crítica sobre las dinámicas de poder y la representatividad. El análisis muestra que la adaptación cultural y el dominio de competencias interculturales son esenciales para superar las barreras comunicativas, establecer relaciones de confianza y evitar la perpetuación de estereotipos y desigualdades. Los modelos teóricos ofrecen herramientas para la adaptación metodológica y ética en la investigación con poblaciones etnoculturales, promoviendo un proceso educativo que enfatiza la importancia de reconocer y mitigar las asimetrías de poder en las interacciones. En conclusión, integrar competencias interculturales en la investigación científica con mujeres refugiadas resulta indispensable para asegurar la calidad y pertinencia de los hallazgos, posibilitando una interpretación precisa y contextualizada de sus relatos. Esta aproximación previene la profundización de posibles vulnerabilidades y favorece el progreso del conocimiento científico y el diseño de políticas públicas adecuadas.

Palabras clave: adaptación cultural; modelos de competencia intercultural; mujeres refugiadas; paradigma intercultural; investigación científica.

1 Introdução

Vivemos numa era de globalização sem precedentes, onde as interações entre culturas diversas se tornaram uma realidade constante. Os atuais fluxos migratórios evidenciam o fenómeno da crescente diversidade cultural das sociedades recetoras e das múltiplas culturas e cidadanias, estando a necessidade de competências interculturais e a diversidade cultural no centro do desenvolvimento humano (Ramos, M., 2013). A educação, enquanto processo transversal e dinâmico, desempenha um papel fundamental na promoção da interculturalidade, fornecendo as bases para a construção de sociedades plurais e inclusivas.

No campo da investigação científica, essa interação intercultural é ainda mais pronunciada dada a natureza colaborativa, multi/interdisciplinar e global do conhecimento científico. Neste contexto, o processo de ensino-aprendizagem e a comunicação eficaz entre culturas tornam-se mais do que uma competência desejável, constituindo uma necessidade para a compreensão coletiva e o progresso.

O desafio da comunicação intercultural ganha contornos específicos quando, no âmbito da investigação científica, se abordam populações que se encontram em situações especialmente vulneráveis, como é o caso de certos grupos de migrantes, designadamente mulheres refugiadas. Esta população enfrenta múltiplos problemas, psíquicos, físicos, materiais, de adaptação, traumas, deslocamentos forçados e um conjunto de barreiras socioculturais, linguísticas e comunicacionais que são exacerbadas pela pertença de género, tal como reconhecem diversos/as autores/as (Ramos, N., 2009b, 2012; Ramos; Dias, 2020; Almeida, 2021; Padilla; França; Vieira, 2022, Sampaio, 2023) e organizações internacionais, nomeadamente o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)². Neste contexto, o desenvolvimento e aprendizagem da capacidade de comunicar respeitando as diferenças culturais, revela-se crucial de modo a garantir a recolha de dados e a eficácia da investigação, assim como para construir relações de confiança e garantir que esta seja conduzida de forma ética, responsável e interculturalmente sensível e adequada. Na verdade, explorar e entender como as competências interculturais, enquanto processos educativos contínuos, podem ser aprendidas e aplicadas para melhorar o desenvolvimento de investigações científicas com mulheres refugiadas assume-se como uma questão de eficácia metodológica e, paralelamente, uma responsabilidade ética. Ao mesmo tempo, a investigação científica com realidades interculturais assume uma dimensão educacional intrínseca, configurando-se como um processo de aprendizagem recíproca que promove um diálogo que transforma investigadores/as e participantes.

O presente estudo tem como principal objetivo refletir sobre como o desenvolvimento de competências interculturais pode promover uma investigação ética, inclusiva e sensível

² Disponível em <https://doar.acnur.org/page/ACNURBR/doe/mulheresrefugiadas>.

às especificidades culturais das mulheres refugiadas. Para alcançar este objetivo, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa fundamentada na revisão crítica da literatura científica sobre esta matéria. Esta metodologia foi escolhida por permitir o aprofundamento teórico e a análise interpretativa de contributos conceptuais relevantes para o tema, possibilitando uma reflexão abrangente sobre a interseção entre educação e competência intercultural, ética de investigação e trabalho com populações suscetíveis a diferentes formas de vulnerabilidade e discriminação.

A base teórica desta investigação assenta primeiramente nos modelos de competência intercultural, com destaque para as propostas de Deardorff (2009) e Bennett (2013), cujos fundamentos teórico-práticos orientam a sua implementação no âmbito da pesquisa com mulheres em situação de refúgio. Como contributos complementares, foram considerados o paradigma intercultural, que oferece uma estrutura conceptual, metodológica e ética para a compreensão da diversidade cultural; perspectivas sobre comunicação e diálogo intercultural; interseccionalidade e ética de representação, estabelecendo assim uma leitura crítica das dinâmicas de poder e representatividade presentes na investigação intercultural. Ao explorar este tema, procura-se contribuir para as áreas da Educação e das Relações Interculturais, refletindo sobre como se pode, na investigação com mulheres refugiadas, melhorar as boas práticas.

No que se refere à estrutura, partindo de questões relacionadas com a comunicação e o diálogo intercultural, este estudo reflete sobre modelos de competências interculturais e seus processos educacionais e de ensino-aprendizagem que orientam uma prática investigativa inclusiva e eticamente responsável. Em seguida, explora-se o Paradigma Intercultural enquanto estrutura teórica, prática e ética essencial e as competências, considerando as consequências da *incompetência intercultural*. A reflexão estende-se à construção de uma ética de representação e são propostos métodos e princípios éticos, com base na literatura, a implementar na investigação com mulheres refugiadas. Por fim, tecem-se as considerações finais que consolidam os fundamentos teóricos e práticos discutidos.

2 Comunicação, diálogo e modelos de competências interculturais

Para N. Ramos (2009a, p. 18) a interculturalidade “[...] implica relação, diálogo e comunicação entre as diferentes culturas, através dos indivíduos e grupos portadores dessas culturas, em situações interculturais diversas [...]”. É importante referir que na comunicação “cada acto de transmissão de uma mensagem” está “integrado numa matriz cultural”, composta por regras e códigos específicos, o que significa que indivíduos de culturas distintas poderão “atribuir significações diferentes às mesmas realidades”, facto que pode contribuir para conflitos ou para o surgimento de atitudes etnocentristas (Ramos, N., 2001, p. 159-168).

Alsina (1999) explica que a comunicação intercultural é a comunicação que se estabelece entre indivíduos que pertencem a culturas distintas. Com efeito, a comunicação intercultural refere-se ao processo de troca de informações e significados entre indivíduos ou grupos de diferentes culturas ou contextos sociais. Este campo de estudo reconhece a diversidade cultural como uma riqueza que pode, no entanto, gerar desafios de comunicação devido a diferenças em linguagem, gestos, normas sociais, e valores. O diálogo intercultural, por sua vez, é um processo dialógico que enfatiza a compreensão e o respeito mútuos, visando superar barreiras e promover a inclusão e a coesão social, sendo crucial notar que, para desenvolver horizontalmente o “[...] diálogo com o Outro, não basta uma mera tolerância ou assimilação do Outro, é necessário que haja verdadeira interação e transformações recíprocas” (Brasil; Cabecinhas, 2019, p. 98). Este processo de transformação recíproca constitui, essencialmente, um processo educativo no qual se desenvolvem novas perspectivas e aprendizagens através da interação. Neste contexto, é de destacar que o desenvolvimento de competências interculturais contribui para sociedades pacíficas, relações interpessoais, interculturais e intergrupais harmoniosas, coabitação intercultural e para o respeito pela alteridade, atenuando situações de intolerância, preconceito, discriminação e racismo (Ramos, N., 2001, 2007, 2011, 2013).

Ramos, N., (2015, p. 283) indica que as competências interculturais “[...] promovem a reflexão e a capacidade para colocar em prática atitudes e conhecimentos nas relações interculturais, ou seja, nas relações com indivíduos culturalmente diferentes”. De facto, o desenvolvimento destas competências interculturais ocorre através de um processo contínuo de aprendizagem e formação, onde teoria e prática se entrelaçam para criar experiências verdadeiramente educativas e transformadoras. A educação, entendida num sentido lato, transcende os espaços formais de ensino e perpassa todas as esferas da vida social, atuando como um catalizador fundamental na aquisição e desenvolvimento de competências interculturais. É através da educação, nas suas diversas formas, que os indivíduos adquirem a formação e as ferramentas necessárias para compreender, respeitar e interagir com a diferença cultural, construindo pontes de diálogo horizontal.

A crescente importância do desenvolvimento dessas competências é destacada por Deardorff (2009, p. 4-5), tendo em vista a cooperação global, a comunicação eficaz, as boas relações diplomáticas e internacionais, assim como o enriquecimento cultural e pessoal. As competências interculturais são descritas por Ramos, N., (2015, p. 286) como “[...] um conjunto articulado de comportamentos, atitudes e políticas que se manifestam em diferentes situações, designadamente num serviço, organização ou entre profissionais, os quais permitem intervir adequadamente em situações interculturais.” No mesmo horizonte interpretativo, Deardorff (2009, p. 7) explica que as competências interculturais se materializam na gestão eficaz e apropriada entre pessoas que manifestam orientações cognitivas

e afetivas que contrastam entre si. Exemplos que podem incluir a identidade cultural, a pertença religiosa e étnica, entre outras categorias. É de notar que essas competências deverão fornecer “instrumentos conceptuais e metodológicos” que permitam “analisar as situações e as práticas, favorecer a capacidade para trabalhar com grupos minoritários nos vários setores de intervenção, promover aptidões para integrar a diversidade individual e cultural nas suas abordagens teóricas e práticas” com vista a promover relações harmoniosas (Ramos, N., 2014, p. 236).

Além do acima exposto, no contexto da investigação científica em contextos interculturais e migratórios, designadamente com mulheres refugiadas, oriundas de contextos socioculturais diferentes, a comunicação intercultural e o diálogo intercultural assumem significativa importância, já que uma profícua recolha e análise de dados, assim como relações assentes no respeito mútuo, confiança e empatia estão dependentes dessas competências. De acordo com N. Ramos (2014, p. 236), no desenvolvimento “[...] das competências interculturais, na comunicação e nas relações com indivíduos de outras culturas, é importante a tomada de consciência do grau de determinismo cultural dos comportamentos e é necessário desenvolver a *consciencialização cultural*” enquanto aprendizagem cultural que procura fomentar a capacidade de olhar o mundo da perspectiva do Outro. Este processo de ensino-aprendizagem implica reconhecer e valorizar diferenças, assim como a pluralidade.

Mais de trezentos modelos de competências interculturais foram propostos e desenvolvidos para facilitar a interação eficaz entre culturas, verificando-se uma notável diversidade de subcomponentes, mas também princípios em comum (Deardorff, 2009, p. 35). De facto, estes modelos geralmente enfatizam a importância de competências como a empatia, a abertura e a capacidade de evitar julgamentos com base em preconceitos, sendo que Deardorff (2009, p. 35) destaca particularmente o princípio da adaptabilidade. O próprio processo de adaptabilidade, ou de se tornar adaptável, é, nos modelos adaptativos, entendido como um critério de competência, evidenciando a transição de uma visão etnocêntrica para uma abordagem intercultural (Deardorff, 2009, p. 24).

Estes modelos assumem que nas relações interculturais, em situações onde existem diferenças culturais entre as partes envolvidas, geralmente, o indivíduo pertencente à cultura dominante tende a fazer um esforço menor de adaptação em comparação com o indivíduo da cultura não dominante. Note-se, contudo, que tais desequilíbrios também podem ocorrer dentro de um mesmo grupo cultural, especialmente quando a pressão para alcançar consenso sobre um assunto específico supera o princípio de solidariedade. É, na verdade, possível avaliar a competência tanto pela capacidade de adaptação dentro do próprio grupo cultural, como em relação a outros grupos participantes da interação (Deardorff, 2009, p. 25).

No contexto da investigação científica com mulheres refugiadas, considera-se indispensável mobilizar o Modelo de Competência Intercultural de Deardorff (2009), que propõe uma estrutura que inclui atitudes (curiosidade e abertura), conhecimento e compreensão (de si mesmo e da outra cultura), habilidades (observar, ouvir, interpretar e avaliar) e resultados desejados (comunicação e comportamento interculturalmente eficazes). A estas atitudes, acresce N. Ramos (2014) competências e aptidões a desenvolver:

Competências comunicacionais e relacionais baseadas na empatia, respeito mútuo, curiosidade, abertura de espírito, generosidade, confiança e reconhecimento do Outro, bem como a adaptabilidade, consciência cultural, autorreflexão e conhecimento dos seus preconceitos, estereótipos e atitudes discriminatórias e racistas, e dos outros grupos culturais (Ramos, N., 2014, p. 237).

De facto, a investigação com mulheres refugiadas envolve interações entre indivíduos da cultura de acolhimento/dominante (investigadores/as) e culturas não dominantes (participantes), exigindo a capacidade dos/as investigadores/as de se adaptarem de modo a reconhecer e minimizar as assimetrias de poder inerentes a essas interações. Esta *deslocalização do eu* é crucial para estabelecer relações de confiança e para uma recolha de dados ética e eficaz que substitui a perspectiva etnocêntrica por uma abordagem intercultural. Seguindo as orientações de Deardorff (2009), é vital que os/as investigadores/as reconheçam a necessidade de esforçar-se mais na adaptação durante a interação às necessidades culturais das participantes, aprender sobre as suas culturas, adaptar a linguagem se necessário, aplicar métodos e técnicas de investigação apropriados e garantir que a comunicação seja bidirecional. Além disso, ao trabalhar com grupos de mulheres refugiadas, os/as investigadores/as devem estar cientes das dinâmicas internas e das possíveis assimetrias dentro do próprio grupo de participantes, facto que ressalta a importância de abordagens flexíveis e adaptáveis que permitam a todos os membros do grupo expressar as suas perspetivas, mesmo quando existem divergências ou quando a necessidade de conformidade surge. Note-se que tal abordagem pode ajudar a garantir que a investigação reflita a diversidade de experiências, expectativas, identidades e opiniões das participantes.

Considera-se igualmente relevante mobilizar o Modelo de Desenvolvimento da Sensibilidade Intercultural de Bennett (2013) que compreende seis etapas. De acordo com este modelo, no expoente máximo espera-se que o comunicador intercultural seja capaz de reconhecer:

Semelhanças e diferenças entre as diferentes culturas em jogo; aceitar e respeitar a diferença; querer aprender mais acerca da cultura do Outro; demonstrar empatia; demonstrar pluralismo cultural; integrar formas de comportamento e de pensamento

Bennett (2013) entende que um sujeito interculturalmente flexível, que adote uma postura de adaptabilidade, aumentará significativamente o seu “repertório” de comportamento. Isto é, desenvolverá as competências necessárias para interagir eficaz e eficientemente não só na sua cultura de origem, como em ambientes culturais novos – capacidade relevante não só para os/as investigadores/as como para as mulheres refugiadas. De facto, modelos como os de Deardorff (2009) e Bennett (2013) sugerem que essas competências são adquiridas através de uma educação intercultural informal que valoriza a diversidade e promove o diálogo entre culturas.

A aplicabilidade e a relevância destes modelos e destas competências para a pesquisa com mulheres refugiadas residem na sua capacidade de orientar os/as investigadores/as na adaptação das suas abordagens comunicativas e metodológicas, promovendo uma interação inclusiva e interculturalmente sensível, e permitindo uma melhor compreensão das narrativas e experiências dessas mulheres. Com efeito, a implementação destes modelos representa um processo educativo bilateral, no qual investigadores/as e participantes desenvolvem, simultaneamente, novas competências através da interação estruturada e reflexiva. Adicionalmente, o Paradigma Intercultural, emergente face ao aumento e diversificação dos encontros interculturais, oferece sólidas perspectivas para a intervenção e investigação intercultural em diferentes contextos e domínios, das ciências sociais, às ciências da saúde e da educação (Ramos, N., 2007, 2011, 2012, 2013, 2015; Nunes; Ramos, 2018).

3 Paradigma intercultural: competências e desafios na investigação científica

O aumento dos contactos interculturais traz diversos desafios que exigem “um novo paradigma na pesquisa e intervenção que denominamos de Paradigma Intercultural”, o qual fundamenta processos educativos e formativos essenciais, e que vem incluir heterogeneidade, pluralidade e “multi/interdisciplinaridade”, nomeadamente na investigação científica, exigindo um “novo reposicionamento metodológico, epistemológico e ético, assente em três vertentes estruturantes” que se distinguem da seguinte forma (Ramos, N., 2013, p. 352-353):

- 1) **Conceptual:** As divergências culturais não são vistas como aspetos objetivos e imutáveis, “mas como entidades dinâmicas e interativas” que se influenciam e definem reciprocamente. A perspectiva intercultural oferece um modo alternativo de examinar a diversidade cultural, não encarando as culturas como unidades isoladas e uniformes, “mas a partir de processos e de interações”.

- 2) Metodológica: A abordagem intercultural caracteriza-se por ser abrangente, “multidimensional e interdisciplinar”, com o objetivo de compreender as dinâmicas e a complexidade dos fenómenos sociais, evitando, simultaneamente, “processos de categorização”. Para investigadores/as, trata-se de se familiarizar com o contexto social e cultural em que atuam, entender as representações que o influenciam e adotar uma postura reflexiva em relação à cultura dos outros e da sua.
- 3) Ética: O foco da abordagem intercultural é não apenas o conhecimento das diversas culturas, mas, principalmente, da interação “entre elas e o Outro”, o que requer uma postura descentralizada. Engloba uma reflexão sobre como respeitar as diferenças ao nível “individual, social e cultural”, procurando diminuir as tensões entre o “universal e particular, o global e o local”, adaptando-se à complexidade e aos conflitos inerentes à estrutura de uma sociedade.

Para N. Ramos (2013, p. 352-353) a reflexão, através do Paradigma Intercultural, sobre diversidade cultural, requer o desenvolvimento de várias competências, nomeadamente individuais – que favoreçam “interações sociais harmoniosas”, incentivando uma postura de descentralização que possibilite a adaptação e a relativização de normas, padrões e competências consideradas exclusivas e universais, contribuindo para prevenir atitudes de “intolerância e discriminação”; interculturais – principalmente “linguísticas, comunicacionais e pedagógicas” que contribuam para a comunicação e consciencialização intercultural, assim como para “práticas e intervenções interculturalmente competentes e inclusivas”; e de cidadania – essenciais para garantir o “funcionamento democrático das sociedades e das instituições”. De facto, essas competências tornam-se indispensáveis para formar cidadãos conscientes, capazes de atuar em sociedades multiculturais e de contribuir para uma convivência harmoniosa. Deste modo, educação para a cidadania global, que visa formar indivíduos críticos e comprometidos com a construção de um mundo justo e sustentável, assume particular relevância neste contexto. É de salientar que a não observância dos princípios expostos, bem como o não desenvolvimento das competências destacadas, acarreta consequências, não só para investigadores/as e para as suas pesquisas, como para os/as participantes envolvidos/as.

Os autores Trimble, Pedersen e Rodela (2004, p. 492-493) incentivam a substituir o termo *culturalmente competente* por *interculturalmente competente*, para melhor desenhar o foco no estudo da competência intercultural, e apontam que o interesse neste campo tem crescido gradualmente, revelando-se um tópico proeminente em contextos de investigação. Ao abordar a competência intercultural na investigação científica, torna-se evidente que este conceito ultrapassa a mera adequação cultural e se aprofunda na compreensão dos contextos específicos dos/das participantes. Tal assume extrema relevância se o grupo que participa no estudo se encontrar numa situação vulnerável, sobretudo quando enfrenta a

interseção de múltiplas vulnerabilidades, como é o caso particular das mulheres em situação de refúgio. A construção de uma prática interculturalmente competente não só amplia o olhar do/a investigador/a sobre as dinâmicas culturais, como também enaltece a capacidade de perceber e analisar as adversidades e vulnerabilidades particulares destas mulheres, contribuindo para a produção de um conhecimento que é contextualizado.

Um exemplo deste argumento pode ser encontrado num estudo qualitativo que, através de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, reuniu os testemunhos de nove mulheres a residir em Portugal como resultado de migração forçada – oriundas do Iraque (1), da Síria (7) e da Líbia (1), com idades compreendidas entre os 20 e os 32 anos e níveis de escolaridade que variam entre o ensino secundário (frequência de licenciatura) e o doutoramento (Sampaio, 2023). Constatou-se que as participantes enfrentaram desafios múltiplos e interligados, resultantes do contexto migratório e agravados pela sua pertença de género, os quais refletem as dificuldades específicas de integração em solo português. As participantes, que se estabeleceram no país entre 2015 e 2019, duas como refugiadas e sete como estudantes em situação de emergência por razões humanitárias, expuseram motivos diversos para a migração. Contudo, “[...] todos os relatos evidenciam a predominância de sentimentos relacionados com medo, incerteza, ansiedade e stress, desencadeados por exposição à violência, ameaças diretas e/ou indiretas à vida e insegurança” (Sampaio, 2023, p. 144). Essas mulheres evidenciaram, através dos significados que atribuem às suas vivências, as adversidades enfrentadas por mulheres em situação de refúgio, designadamente:

O isolamento e a distância familiar e do grupo social; o acesso a emprego correspondente às habilitações; a falta de suporte institucional; as fracas condições habitacionais; as dificuldades linguísticas e a falta de oportunidades para a aprendizagem da língua; o desconhecimento sobre como aceder aos serviços de saúde; o não reconhecimento de grau académico; e a discriminação (Sampaio, 2023, p. 143).

Quando estas realidades não são devidamente compreendidas, há um risco elevado de comprometer tanto a recolha como a análise de dados, dificultar o estabelecimento de confiança entre investigador/a e participantes e agravar desigualdades e vulnerabilidades já existentes. A carência de uma abordagem intercultural, que inclui contextualização, pode levar ao reforço de assimetrias de poder e de preconceitos que perpetuam a marginalização dessas populações.

Os/as investigadores/as sociais procuram entender os fenómenos sociais a partir da perspetiva de quem participa nas suas pesquisas, explorando como essas pessoas percebem e interpretam o mundo à sua volta. Para isso é necessário que se descontextualizem socialmente para se re-contextualizarem no terreno onde investigam (Pina-Cabral, 2007). É

importante referir nesta matéria Pierre Bourdieu cujo trabalho veio desafiar a ideia de que é preciso estar social e culturalmente distante do contexto estudado, argumentando em prol da possibilidade de se realizar um estudo etnográfico dentro do próprio contexto cultural e social e recomendando aos investigadores proximidade às pessoas e situações que estudam (Wacquant, 2006). Na verdade, esta proximidade reduz o risco de que ocorra *violência simbólica* e favorece uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das vidas e perspectivas dos participantes (Wacquant, 2006). Importa notar que “[...] os participantes mais desprovidos de poder são os mais vulneráveis a serem submetidos à violência simbólica através da investigação” (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 71, tradução nossa).

Aplicar teorias em contextos de investigação exige, portanto, o desenvolvimento da competência e sensibilidade interculturais, envolvendo a incorporação de elementos fundamentais, tais como compreensão, apreciação, habilidade/adaptabilidade e, talvez o mais crucial, a disposição – já que sem uma vontade consciente e genuína, é improvável que a competência intercultural seja efetivamente desenvolvida (Trimble; Pedersen; Rodela, 2009, p. 493). Efetivamente, a evidência indica que a não aquisição de competências interculturais por parte de investigadores/as, ou seja, a *incompetência intercultural*, acarreta consequências psicológicas, emocionais, físicas, ecológicas e financeiras consideráveis, sendo este fenómeno amplamente desconsiderado (Trimble; Pedersen; Rodela, 2004, p. 493).

A complexidade e os potenciais riscos, descritos na literatura, decorrentes do trabalho de campo participativo junto a populações etnoculturais, destacam a importância de conduzir uma pesquisa prévia que recolha informações para criar um contexto que respeite e se alinhe às perspectivas dessas populações. É, assim, fundamental, neste processo, o desenvolvimento e a aplicação de valores e métodos de pesquisa que sejam sensíveis às tradições e formas de vida da comunidade em questão (Trimble; Pedersen; Rodela, 2004, p. 494-495).

Num estudo sobre investigação participativa em saúde com mulheres refugiadas, requerentes de asilo e migrantes em países de elevado rendimento (Vazquez Corona; Hazfiarini; Vaughan; Block; Bohren, 2024), é destacado que a investigação participativa representa um paradigma inclusivo que reúne abordagens focadas na participação ativa e no envolvimento das pessoas/comunidades que se espera beneficiar. Esta metodologia, ao integrar diretamente o conhecimento de quem vivencia o tema investigado, promove um processo educativo bilateral. Ademais, favorece uma interpretação mais precisa e culturalmente sensível dos resultados, oferecendo uma validade e congruência essenciais para estudos que envolvem contextos e experiências específicas (Vazquez Corona; Hazfiarini; Vaughan; Block; et al. Bohren, 2024, p. 1-2). Nesta que é, de acordo com os autores, “[...] a primeira revisão de escopo que sintetiza os tipos de abordagens e métodos de investigação

participativa em saúde utilizados especificamente com mulheres de origem migrante [...]” (Vazquez Corona; Hazfiarini; Vaughan; Block; Bohren, 2024, p. 8, tradução nossa) em países de elevado rendimento, argumenta-se que a investigação participativa deve equilibrar as relações de poder entre participantes e investigadores/as.

Para que este envolvimento possa ter lugar, a construção da confiança é essencial, particularmente considerando que as investigações que envolvem populações etnoculturais se têm vindo a revelar progressivamente mais desafiantes e complexas. Tal fenómeno encontra parte das suas causas num passado pautado pela não observância de normas éticas e pela *incompetência intercultural* por parte de investigadores/as (Trimble; Pedersen; Rodela, 2009, p. 495). Sobre esta constatação, Trimble, Pedersen e Rodela (2004, p. 495-496) apresentam os casos de investigações que envolveram homens afro-americanos de Macon, Geórgia, e da tribo Havasupai de americanos Índios no Arizona, como exemplos de abordagens insensíveis e eticamente reprováveis que deixaram mazelas psicológicas nos participantes. Os autores detalham como a *incompetência intercultural*, a má conduta e as transgressões éticas nessas investigações acarretaram custos financeiros consideráveis, assim como repercussões pessoais para os participantes – que não foram devidamente reconhecidas ou abordadas –, incluindo o surgimento de trauma, frustração e perda de confiança resultantes da má gestão dessas investigações. Além disso, no âmbito da investigação, os prejuízos associados à falta de competências interculturais, que levam à adoção de métodos e práticas inadequadas, transcendem os impactos nos participantes, afetando, igualmente, outros/as investigadores/as que procuram desenvolver trabalho junto de comunidades etnoculturais, tendo estes/as de dedicar um tempo e esforço consideráveis na criação de laços estreitos e no desenvolvimento de confiança (Trimble; Pedersen; Rodela, 2009, p. 496).

Block; Warr; Gibbs; Riggs (2013, p. 71-84) exploram os desafios éticos e metodológicos inerentes à pesquisa com jovens refugiados, destacando: as assimetrias de poder entre investigadores/as e participantes; questões relacionadas com o consentimento informado face ao desconhecimento por parte dos/as participantes quanto a processos de investigação, barreiras linguísticas e o facto de que o próprio conceito de consentimento informado pode não ser facilmente traduzido em diferentes contextos culturais (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 72-79); a natureza vulnerável dos jovens refugiados e o facto de que as experiências traumáticas e as redes sociais interrompidas tornam os participantes particularmente suscetíveis a danos (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 69-77); e por fim, métodos de pesquisa padronizados que podem não ser adequados ou válidos ao trabalhar com jovens refugiados (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 69, 71-84).

Nessa investigação de Block, Warr, Gibbs e Riggs (2013), as estratégias para superar os desafios na investigação com jovens refugiados passaram por incluir a integração

estratégica das atividades de pesquisa num programa de apoio psicossocial, permitindo que os jovens discutissem os seus sentimentos e normalizassem as suas experiências com o apoio de profissionais (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 77-78). O processo de consentimento informado foi também ajustado: em vez de solicitar assinaturas antes das atividades de recolha de dados, os investigadores enfatizaram o caráter voluntário da participação e explicaram, em inglês acessível, os objetivos do estudo e o uso dos dados, considerando a proficiência linguística em desenvolvimento dos participantes (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 79-81). O consentimento formal foi, então, pedido após a conclusão das atividades, possibilitando aos jovens uma decisão informada sobre a sua participação na investigação (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 80-81).

Saliente-se que ao longo do estudo de Block, Warr, Gibbs e Riggs (2013, p. 71-84), as autoras sublinham a importância da reflexividade ética na investigação com jovens refugiados, defendendo que o rigor académico não reside na neutralidade, mas sim no reconhecimento e na resposta às complexidades éticas que emergem ao longo do processo investigativo. Através de uma adaptação cuidadosa dos métodos, da garantia de um consentimento informado verdadeiramente significativo e da integração estratégica das atividades de pesquisa, os autores demonstram como conduzir uma investigação que cumpra elevados padrões éticos e metodológicos, proporcionando, ao mesmo tempo, benefícios reais para os participantes (Block; Warr; Gibbs; Riggs, 2013, p. 84-85).

Face ao exposto, evidencia-se que um método fundamental na investigação e intervenção com populações etnoculturais, incluindo mulheres refugiadas, é a colaboração. Esta abordagem colaborativa permite criar uma ligação eficaz entre as populações e a comunidade científica, estabelecendo um processo educativo mútuo que promove a adoção de uma conduta que considera e respeita as realidades socioculturais distintas dos grupos étnicos e que encoraja a observação de uma ética de representação.

4 Ética de Representação: métodos e princípios interculturais

Mulheres em contexto de migração forçada, em particular mulheres muçulmanas, enfrentam adversidades que vão além das dificuldades habituais de integração, podendo ser alvo de discriminação em razão da pertença étnico-cultural e religiosa num país de acolhimento ocidental (Sampaio, 2023). Essa discriminação pode manifestar-se “[...] sob a forma de estereótipos, preconceitos e perceções erradas [...]” e em diferentes esferas — “[...] social, institucional, académica e profissional [...]” — dando origem a experiências profundamente negativas que contribuem para o aumento do stress da aculturação e/ou para o surgimento de sintomas pós-traumáticos para as mulheres que as vivenciam (Sampaio, 2023, p. 146).

Neste sentido, é fundamental reconhecer a dimensão psicossocial do impacto desses estigmas. Note-se que no estudo referido a “[...] adversidade mais dolorosa encontrada no país de acolhimento e exposta pelas participantes prende-se com a discriminação da mulher muçulmana” (Sampaio, 2023, p. 146), sendo destacado que duas mulheres decidiram modificar o vestuário como estratégia de adaptação e de autoproteção, enquanto uma terceira entrevistada optou por reduzir o convívio social – estratégias que refletem uma tentativa de evitar novas experiências de discriminação – (Sampaio, 2023, p. 146). Estas escolhas, ainda que dolorosas, demonstram a resiliência e o esforço pessoal das mulheres entrevistadas para responder a um ambiente hostil e às pressões culturais e sociais que enfrentam, revelando uma capacidade de adaptação que merece ser valorizada e compreendida no âmbito da investigação científica.

O estudo de Behar (1992), que reflete sobre a construção da história de vida de uma participante, coloca em evidência como o desenvolvimento de um vínculo entre investigador e informante é essencial para a recolha de dados etnográficos, descrevendo como a história de vida de Esperanza (participante) foi desenvolvida através de partilhas informais. É interessante notar que Behar (1992) reflete sobre classe e privilégio e, abordando as críticas feministas à etnografia – particularmente a ideia de impossibilidade de uma etnografia totalmente feminista face às separações irresolúveis entre as mulheres que realizam a pesquisa e as mulheres participantes da pesquisa –, procura contribuir para uma etnografia que reconheça e dialogue com essas assimetrias. Behar reconhece a sua posição privilegiada como autora que pode publicar a história, mas também destaca o respeito pelos desejos e agência de Esperanza. Este processo de construção narrativa representa um momento educativo bilateral, no qual investigadora e participante desenvolvem novos entendimentos e perspetivas através do diálogo.

No trabalho de Vazquez Corona, Hazfiarini, Vaughan, Block e Bohren (2024, p. 7-8), que reúne as abordagens de investigação participativa em matéria de saúde com mulheres migrantes em países de alto rendimento através da revisão de escopo, é constatado que embora o envolvimento comunitário esteja presente na generalidade das fases de investigação, o envolvimento direto de mulheres migrantes é frequentemente mediado por organizações comunitárias, substituindo a participação ativa nas decisões e planeamento dos estudos. Esta limitação pode ter validade, mas, como destacam os autores, corre o risco de perpetuar dinâmicas opressivas ao restringir a autonomia das participantes. Desse modo, os autores propõem abordagens participativas mais inclusivas, como a investigação-ação feminista, que valorizem a presença direta das mulheres em todas as fases, e sugerem que os motivos para restringir a sua participação em determinadas fases da investigação, desde que éticos e científicos, sejam explicitamente documentados, promovendo uma maior transparência e sensibilidade ao contexto (Vazquez Corona; Hazfiarini; Vaughan; Block; Bohren, 2024, p. 8).

Assim, e face ao exposto, a questão que vem advertir os/as investigadores/as sobre os perigos de reforçar preconceitos e papéis de subalternidade, assume-se como muito relevante. A este respeito reconhece-se que é incontornável recorrer a autoras como Spivak (1998) e Mohanty (1984). Para estas autoras, é vital assegurar que as mulheres, particularmente em contextos vulneráveis, sejam as protagonistas das suas próprias histórias, por forma a não contribuir para a vitimização e homogeneização desta população, relevando, em contrapartida, os significados que atribuem às suas experiências, assim como os seus modos de resistência, de resiliência e de reinvenção. Spivak (1998) destaca que, além da urgência de criar espaço e condições para que os grupos historicamente subalternizados, sejam escutados – e que esta é uma responsabilidade democrática – os/as intelectuais têm também a responsabilidade e obrigação política e ética de lhes dar voz e de falar sobre eles/as. É, contudo, imperativo adotar uma ética de representação que reflita as relações de subordinação históricas e as relações de poder nas relações interculturais, rejeitando atitudes de paternalismo e de benevolência (Spivak, 1998; Bebianno, 2012). Esta postura ética na investigação científica constitui, em si mesma, um processo educativo transformador, que exige dos/as investigadores/as uma aprendizagem contínua e reflexiva sobre as suas próprias práticas e pressupostos. É ainda exigido que se modifique o paradigma presente nos estudos sobre grupos historicamente subalternizados, e em particular as mulheres, em que o/a investigador/a reconfigure a noção de *estudar a subalterna* por *aprender com a subalterna*, num esforço que contribua para o estabelecimento de uma filosofia de educação que impulsiona comportamentos e hábitos democráticos, criando espaços de aprendizagem mútua e reconhecendo e amplificando vozes historicamente marginalizadas (Spivak, 1998; Gayatri Spivak, 2008).

A advertência sobre os riscos de reforçar preconceitos e papéis de subalternidade amplia a necessidade de abordagens de investigação que permitam às mulheres refugiadas narrar as suas próprias histórias. Para tal, é essencial proporcionar espaços seguros e empáticos, onde as suas vozes são ouvidas e valorizadas, cumprindo uma responsabilidade ética e democrática. As competências interculturais permitem que os/as investigadores/as, valorizando a alteridade, se movam além de uma postura de observadores/as distantes para se tornarem colaboradores/as e aprendizes num processo de aprendizagem bidirecional, desenvolvendo assim uma prática educativa dialógica que contribui para um paradigma de investigação que apoia a autonomia e promove uma compreensão mais precisa das experiências interculturais e dos contextos que as moldam. Assim, nas investigações com grupos etnoculturais, e em concreto com mulheres refugiadas, além da ética de representação, e das competências interculturais já identificadas, é fundamental adotar outros princípios éticos.

De acordo com Trimble, Pedersen e Rodela (2009, p. 497), três dimensões éticas fundamentais podem ser destacadas no desenvolvimento de investigações que respeitam a sensibilidade intercultural: a aplicação de uma abordagem intercultural para avaliar os riscos e benefícios associados à pesquisa; o estabelecimento de confiança e a obtenção de consentimentos informados, definindo explicitamente políticas de divulgação e de confidencialidade; e o compromisso com a participação ativa na comunidade e com as participantes, mantendo-se um elevado padrão de sensibilidade às diferentes culturas. Revela-se ainda essencial que os/as investigadores/as colaborem com as participantes através da partilha dos resultados da investigação que possuam relevância prática para as participantes, assim como que adquiram conhecimentos sobre habilidades fundamentais para desenvolver instrumentos de avaliação que sejam confiáveis e interculturalmente válidos (Trimble; Pedersen; Rodela, 2009, p. 497). Este processo de desenvolvimento de instrumentos e métodos interculturalmente apropriados constitui um importante momento de aprendizagem quer para investigadores/as, quer para participantes, estabelecendo um espaço educativo no qual saberes académicos e experienciais se encontram e se enriquecem mutuamente.

Compreende-se que o consentimento informado é pedra angular desta abordagem, assegurando que as participantes estejam plenamente conscientes dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos envolvidos, da proteção da privacidade e da identidade, dos potenciais riscos e benefícios, e da sua liberdade para participar ou retirar-se a qualquer momento. O respeito pela dignidade e autonomia das participantes implica reconhecer e valorizar as suas experiências de vida, garantindo que sejam tratadas como sujeitos ativos mais do que como *objetos de estudo*.

Revela-se, de igual modo, fundamental estar consciente dos fatores científicos, políticos e sociais que influenciam definições como etnia e cultura, por forma a colocar em evidência a pluralidade que se verifica no seio de um mesmo grupo. Esta posição alinha-se com a tese de Brah (2006), que rejeita a fixação de identidades em categorias rígidas, defendendo que essa visão simplista reforça relações de subordinação e de marginalização.

Além do exposto, no contexto de investigação com mulheres migrantes, particularmente em situação de migração forçada, também a abordagem interseccional, tal como cunhada por Crenshaw (1991), deve ser adotada. Esta abordagem emerge como uma ferramenta analítica essencial para entender as múltiplas camadas de vulnerabilidade que essas mulheres enfrentam e como afetam as suas experiências (Sampaio, 2023; Padilla; França; Vieira, 2022; Ramos; Dias, 2020). De facto, a sobreposição de fatores como “[...] o género, a condição de migrante, a língua, a religião, a pertença étnico-cultural, ou o estatuto socioeconómico [...]”, exacerba as dificuldades de adaptação, moldando o seu percurso e experiência migratória (Sampaio, 2023, p. 133). A interseccionalidade fornece, assim, um quadro teórico que capacita os/as investigadores/as a identificar e analisar camadas de

discriminação, ampliando o corpo de conhecimento científico de forma ética e rigorosa. Esta perspectiva é vital para desvelar dinâmicas de exclusão e marginalização, possibilitando uma investigação comprometida com a valorização das identidades e realidades singulares. A investigação em contextos interculturais oferece, assim, uma oportunidade ímpar para ampliar os horizontes epistemológicos e desafiar paradigmas estabelecidos, tornando o processo de investigação um espaço educativo privilegiado onde investigadores/as e participantes desenvolvem conjuntamente novos conhecimentos, atitudes e competências interculturais. Abordagens interculturalmente sensíveis são fundamentais para respeitar as normas culturais e as eventuais sensibilidades das participantes, evitando desse modo a imposição de valores ou práticas de uma cultura sobre a outra.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar como o desenvolvimento de competências interculturais pode promover uma investigação ética, inclusiva e sensível às especificidades culturais das mulheres refugiadas. A análise desenvolvida acentuou a relevância das competências interculturais na investigação em contextos interculturais, em particular com mulheres refugiadas, destacando-as como ferramentas indispensáveis para ultrapassar barreiras de comunicação, fomentar a confiança e garantir um processo investigativo ético e interculturalmente sensível. Essas competências assumem um papel educativo central, ao promoverem aprendizagens transformadoras para os/as investigadores/as e para as participantes, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e sociais inclusivas, assim como para promover uma educação para a cidadania. Embora modelos como os de Deardorff (2009) e Bennett (2013) forneçam uma base teórica sólida, observou-se a necessidade de ajustá-los para endereçar as particularidades inerentes ao contexto de mulheres refugiadas que enfrentam desafios únicos e complexos.

A análise realizada reforça a necessidade de uma constante adaptação cultural por parte dos/as investigadores/as, que devem mostrar-se abertos/as e flexíveis, acolhendo uma postura de *deslocalização do eu* — ou seja, neste contexto, a capacidade de compreender o mundo a partir da perspectiva das participantes. Esta abordagem e capacidade reduzirá os riscos de *violência simbólica* e os associados à *incompetência intercultural*, que podem resultar na análise imprecisa de dados, no reforço de desconfianças e de vulnerabilidades e na perpetuação de preconceitos e de assimetrias de poder.

Neste sentido, aponta-se a importância de um reposicionamento epistemológico, metodológico e ético, enquadrado no Paradigma Intercultural e do desenvolvimento de competências interculturais, individuais e de cidadania (Ramos, N., 2001, 2007, 2009a, 2011, 2013). Essas competências, ao transcenderem o âmbito investigativo, reforçam a

educação intercultural como uma dimensão indispensável, promovendo aprendizagens que capacitem investigadores/as, educadores/as e comunidades a lidar com a diversidade de forma ética e inclusiva. Na verdade, este conjunto de competências, desenvolvido através de um processo educativo contínuo e reflexivo, a par de uma abordagem interseccional, revela-se também determinante para facilitar o acesso às participantes, frequentemente dificultado por barreiras linguísticas, desconfianças ou mal-entendidos comunicacionais e culturais.

Ao abordar os desafios específicos da investigação com mulheres refugiadas, sublinhou-se a importância da colaboração e de métodos participativos, assim como de uma reflexividade ética contínua que pressupõe um questionamento constante, por parte dos/as investigadores/as, sobre as suas próprias posições, valores e preconceitos e como estes podem influenciar a investigação. Este modelo reflexivo e colaborativo, que visa estabelecer uma prática inclusiva que apoie a autonomia das participantes e uma compreensão aprofundada e contextualizada das suas realidades e experiências, deve ser apoiado numa ética de representação que valorize as histórias e vozes das participantes, evitando a vitimização ou homogeneização.

Adicionalmente, a investigação intercultural com populações vulneráveis requer princípios éticos reforçados: avaliação dos riscos e benefícios, estabelecimento de relações de confiança, consentimento informado ajustado e devidamente implementado e uma participação ativa. Tais princípios éticos servem para fortalecer a relação entre investigador/a e participante, garantindo a dignidade e os direitos das participantes, bem como a confidencialidade dos dados.

Conclui-se que uma investigação interculturalmente competente tem um maior potencial de produzir resultados com impacto expressivo, pois estes, ao serem contextualizados e respeitarem os significados atribuídos pelas próprias mulheres às suas vivências, podem contribuir diretamente para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas e eficazes. Esta abordagem favorece, paralelamente, uma produção científica ética, responsável e relevante para as necessidades reais deste grupo populacional, constituindo-se, simultaneamente, como um processo educativo transformador para todas as pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Políticas, instituições e percursos migratórios de mulheres e meninas refugiadas em Portugal e Dinamarca**. Lisboa: Observatório das Migrações: ACM: IP, 2021. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=mkg2EAAQBAJ>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- ALSINA, R. **Comunicación Intercultural**. Barcelona: Anthropos, 1999.
- BEBIANO, A. Gayatri Spivak: a teoria como prática de vida. **Imprópria: política e pensamento crítico**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 113-127, 2012.
- BENNETT, M. J. **Basic concepts of intercultural communication: paradigms, principles, and practices**. Yarmouth, USA: Quercus, 2013.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2024.
- BRASIL, A.; CABECINHAS, R. Diálogo intercultural e relações intergrupais na Europa: contributos dos estudos culturais e da psicologia social. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], p. 89-103, 2019. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1038>. Acesso em: 19 out. 2024.
- BASTOS, M. Competência de comunicação intercultural: olhares sobre a natureza do conceito e suas dinâmicas de desenvolvimento. **Cadernos do LALE: Laboratório Aberto para a Aprendizagem de Línguas Estrangeiras**, Aveiro, 2014.
- BEHAR, R. A life story to take across the border: notes on an exchange. In: ROSENWALD, G. C.; OCHBERG, R. L. (ed.). **Storied lives: the cultural politics of self-understanding**. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 145-166.
- BLOCK, K.; WARR, D.; GIBBS, L.; RIGGS, E. Addressing ethical and methodological challenges in research with refugee-background young people: reflections from the field. **Journal of Refugee Studies**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 69-87, mar. 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/26/1/69/1559507?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.
- DEARDORFF, D. **The Sage Handbook of Intercultural Competence**. California: SAGE Publications, Inc., 2009.
- GAYATRI Spivak: the trajectory of the subaltern in my work. Produção de University of California Television-UCTV. California: UCTV, 8 fev. 2008. 1 vídeo (88 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZHH4ALRFHw>. Acesso em: 19 out. 2024.
- MOHANTY, C. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **On Humanism and the University I: the discourse of humanism**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/302821?origin=crossref>. Acesso em: 19 out. 2024.

NUNES, I.M.L.; RAMOS, M. N. Formação docente e multi/interculturalismo: algumas reflexões. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [s. l.], ano 23, p. 180-198, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1146>. Acesso em: 1 nov. 2024.

PADILLA, B.; FRANÇA, T.; VIEIRA, A. **Trajetórias de refúgio**: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal. Lisboa: Observatório das Migrações: ACM: IP, 2022. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=DqV3EAAAQBAJ>. Acesso em: 1 nov. 2024.

PINA-CABRAL, J. Aromas de urze e de lama: reflexões sobre o gesto etnográfico. **Etnográfica**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 191-212, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1922>. Acesso em: 1 nov. 2024.

RAMOS, M. C. P. Globalização e Multiculturalismo. **Revista Eletrónica Inter-Legere**, [s. l.], v. 1, n. 13, p. 75-101, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4166/3400>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Comunicação, Cultura e Interculturalidade: para uma comunicação intercultural. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 155-178, 2001. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5839>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [s. l.], ano 41, n. 3, p. 223-244, 2007. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5841>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Diversidade Cultural, Educação e Comunicação Intercultural. Políticas e Estratégias de Promoção do Diálogo Intercultural. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 34, n. 20, p. 9-32, 2009a. Disponível em: <http://www.incubadora.ufrn.br/index.php/req/article/viewFile/695/601>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Saúde, migração e direitos humanos. **Mudanças**: Psicologia da Saúde, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-11, 2009b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/3127>. Acesso em: 1 nov. 2024.

RAMOS, N. Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. In: ALCOFORADO, L. et al. **Educação e formação de adultos**: políticas, práticas e investigação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. p. 189-200. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5834>. Acesso em: 1 nov. 2024.

RAMOS, N. Comunicação em Saúde e Interculturalidade: perspectivas teóricas, metodológicas e práticas. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2012. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/742/1385>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In: **The overarching issues of the European space**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. p. 343-360. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Conflitos interculturais no espaço europeu: perspetivas de prevenção e intervenção. In: **The overarching issues of the European space**: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. p. 225-245. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13207.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, N. Mobilidades e interculturalidades na contemporaneidade: desafios para a Psicologia e a inserção social. In: S. GONDIM; BICHARA I. (org.). **A Psicologia e os desafios do mundo contemporâneo**. Salvador: UFBA, 2015. p.267-300.

RAMOS, M. N. P.; DIAS, M. S. Migrações contemporâneas e feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, p. 456-473, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/10096>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SAMPAIO, C. **Mulheres e migrações forçadas em Portugal**: adaptação, resiliência e integração social. Lisboa: Observatório das Migrações: ACM: IP, 2023. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=Xk_qEAAAQBAJ. Acesso em: 1 nov. 2024.

SPIVAK, G. **Can the subaltern speak?** London: Afterall Books, 1998.

TRIMBLE, J. E.; PEDERSEN, P. B.; RODELA, E. S. The real cost of intercultural incompetence: an epilogue. In: DEARDORFF, D. K. (ed.). **The SAGE handbook of intercultural competence**. California: Sage Publications, Inc., 2009. p. 492-502.

VAZQUEZ CORONA, M.; HAZFIARINI, A.; VAUGHAN, C.; BLOCK, K.; BOHREN, M. A. Participatory health research with women from refugee, asylum-seeker, and migrant backgrounds living in high-income countries: a scoping review. **International Journal of Qualitative Methods**, [s. l.], v. 23, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/16094069231225371>. Acesso em: 1 nov. 2024.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], n. 26, p. 87-104, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/m7FYxJqkqGWG3WF6LZWpbs-r/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2024.

Recebido em agosto/2024 | Aprovado em dezembro/2024

MINIBIOGRAFIA

Catarina Isabel Silva de Sampaio

Mestre e Doutoranda em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. Bolseira de Doutorado da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Tutora na Universidade Aberta, Lisboa, Portugal. Investigadora no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI.

E-mail: catarina.sampaio@uab.pt

Maria Natália Pereira Ramos

Doutorada e Pós-Doutorada em Psicologia pela Universidade de Paris V, Sorbonne, França. Professora Associada da Universidade Aberta, Lisboa, Portugal. Coordenadora Científica do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI.

E-mail: maria.ramos@uab.pt